

DÉFICIT ZERO EM XEQUE

Governo tenta viabilizar aumento de receita e levantar ao menos R\$ 173 bi



Orçamento. O presidente Lula sanciona, ao lado do ministro Fernando Haddad, a nova política sobre o salário mínimo. Projeto da lei orçamentária de 2024 será enviado ao Congresso esta semana

MANOEL VENTURA
manuel.ventura@globo.com.br
BRASILIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva envia ao Congresso Nacional, na quinta-feira, o projeto de lei orçamentário de 2024 com um déficit zero — meta que depende de um conjunto de medidas para aumentar a arrecadação federal que ainda precisarão ser viabilizadas pelo Executivo. Parte dessas ações foi colocada em marcha ontem, com um projeto de lei e uma medida provisória (MP) que tratam de fundos de altíssima renda.

No papel, ações já propostas ou que serão apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, poderiam levantar pelo menos R\$ 173 bilhões no ano que vem em receitas brutas — uma fatia disso será repartida com estados e municípios. A maior parte das medidas ainda precisa passar pelo Congresso Nacional, onde deve enfrentar dificuldades e reduzir o potencial de arrecadação previsto por Haddad.

A própria meta de zerar o déficit no ano que vem é vista com reticência por parlamentares e outros ministros do governo. Para atingir essa marca, seria preciso subir a arrecadação em cerca de R\$ 130 bilhões líquidos, ou seja, dinheiro que vai diretamente para o Tesouro Nacional. Em reuniões internas, até mesmo a ministra do Planejamento, Simone Tebet, já disse que zerar o déficit em 2024 é uma meta ambiciosa demais. Haddad, porém, vai manter esse alvo pelo menos até o fim do ano. E uma eventual frustração nas expectativas dependerá majoritariamente do andamento das ações no Congresso.

RESISTÊNCIAS NO CONGRESSO O novo arcabouço fiscal, que também será sancionado por Lula esta semana, prevê um intervalo de tolerância para o cumprimento da meta, que vai de um déficit de 0,25 ponto percentual do PIB (ou algo próximo a R\$ 30 bilhões) a um superávit nessa mesma proporção. Como parte da estratégia

para entregar esse resultado, Lula assinou ontem um projeto de lei e uma MP que mudam a tributação sobre fundos exclusivos (fechados para a alta renda) e fundos offshore (no exterior), ambos voltados para os mais ricos. A MP muda a tributação de fundos fechados, com a qual se espera arrecadar R\$ 13,28 bilhões em 2024 e R\$ 3,2 bilhões este ano. Essa tributação em 2023 será usada para compensar a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) para R\$ 2,640, aprovada na semana passada pelo Congresso e sancionada ontem por Lula — que custará também R\$ 3,2 bilhões. Hoje, os fundos exclusivos só são tributados no momento do resgate. Com a mudança feita ontem, passarão a ter incidência duas vezes por ano do chamado come-cotas, que tem alíquota de 15% a 20%, a depender do prazo da aplicação. Isso será feito a partir do ano que vem.

A MP, porém, também prevê a tributação sobre rendimentos acumulados. O texto permite a cobrança antecipada

de voluntária de IR sobre o ganho acumulado, à alíquota de 10%. Para o investidor, a vantagem seria pagar o percentual mais baixo este ano. Essa alíquota, porém, já encontra resistências na Câmara, onde líderes preferem uma cobrança de 6%. —O projeto vai, e negociamos as alíquotas lá (na Câmara) — afirmou o líder do governo na Casa, José Gui-

Q “Eu vejo, muitas vezes, isso ser tratado como uma espécie de ação Robin Hood, de uma revanche, e não é nada disso. O que estamos levando à consideração do Congresso é aproximar o nosso sistema tributário com o que tem de mais moderno do mundo”

Fernando Haddad, ministro da Fazenda

marães (PT-CE). O líder do Executivo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), também reconheceu dificuldade em avançar: —Tem resistência nas duas Casas. Não tem nada a ver com Robin Hood, mas é razoável que alguém deposite dinheiro, pague. Vai ser um processo de convencimento. Sempre que você mexe no bolso é difícil. As pessoas não querem que aumente imposto em geral. Então tem que copiar os países mais ricos, cobrar mais de quem tem mais — disse o senador. Haddad também negou haver um comportamento Robin Hood — tirar dos ricos para dar aos pobres — na taxa dos fundos exclusivos: —Eu vejo, muitas vezes, isso ser tratado como uma espécie de ação Robin Hood, de uma revanche, e não é nada disso. O que estamos levando à consideração do Congresso é aproximar o nosso sistema tributário com o que tem de mais moderno do mundo. Segundo estimativas do governo federal, há 2,5 mil

brasileiros com recursos aplicados nesses fundos, que acumulam R\$ 756,8 bilhões e respondem por 12,3% dos fundos no país. Outra proposta enviada ontem ao Congresso é um projeto de lei, em acordo com a Câmara, que permite cobrar no Brasil imposto sobre rendimentos de offshore (empresas de investimento no exterior, instaladas geralmente em paraísos fiscais). As alíquotas serão semelhantes às aplicações financeiras feitas no Brasil. O acordo com a Câmara, porém, eliminou a tributação sobre avariação cambial. Atualmente, o capital investido no exterior é tributado apenas quando resgatado e remetido ao Brasil. A proposta foi enviada com urgência constitucional para a Câmara e tem potencial de arrecadar R\$ 7,05 bilhões em 2024, R\$ 6,75 bilhões em 2025 e R\$ 7,13 bilhões para 2026, segundo a Fazenda.

VALORIZAÇÃO DO MÍNIMO Além de enviar ao Congresso propostas para aumentar a arrecadação, Lula sancionou ontem a medida que cria uma nova política de valorização do salário mínimo. O piso passará a ter reajuste sempre pela inflação do ano anterior mais a variação do PIB de dois anos antes, de maneira a garantir aumento real. Na fila de propostas que ainda serão enviadas (leia mais abaixo), a mais significativa é decorrente de uma vitória de Haddad no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A corte decidiu que o governo pode cobrar impostos federais sobre incentivos dados pelos estados via ICMS para o custeio de empresas. Só não pode cobrar por subsídios a investimentos. Será enviada uma proposta efetivando esse entendimento e permitindo a cobrança sobre estoques acumulados de benefícios não cobrados, com potencial de arrecadação bruta de R\$ 80 bilhões no ano que vem. Há ainda proposta para mexer na tributação do Juro sobre Capital Próprio (JCP) e medidas já enviadas para garantir o déficit zero, como mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). (Colaboraram Victoria Abel, Renan Monteiro e Alice Cravo)

O IMPACTO DAS MEDIDAS

1 Fundos exclusivos e 'offshore' A tributação dos fundos exclusivos pode levantar R\$ 13 bilhões no ano que vem. No caso dos 'offshore', seriam R\$ 7 bilhões, segundo a Fazenda. Isso depende do Congresso, que resiste principalmente ao pagamento sobre os rendimentos acumulados.

2 Juros sobre Capital Próprio (JCP) Prevista inicialmente para ontem, a mudança no JCP ainda está sendo negociada pelo governo. A expectativa é levantar R\$ 6 bilhões em 2024. O JCP é uma forma de remunerar o acionista que dá benefício tributário à empresa.

3 Voto de qualidade do Carf, o tribunal da Receita Já aprovado na Câmara, está avançado no Senado o projeto que devolve ao governo o ganho de causa em processos que terminem empatados no Carf. A expectativa é levantar ao menos R\$ 40 bilhões, número considerado alto por tributaristas.

4 Decisão do STJ sobre o ICMS Também contestado por tributaristas, o governo vai mandar ao Congresso um projeto que consolida uma decisão do STJ sobre como benefícios do ICMS (estadual) impactam impostos federais. A ideia é arrecadar ao menos R\$ 80 bilhões.

5 Tributação de apostas esportivas Está em discussão na Câmara a tributação dos rendimentos das apostas esportivas on-line, com uma previsão de arrecadação de R\$ 2 bilhões. Esse número é incerto, já que a base tributável desse mercado é desconhecida, e as estimativas variam muito.

6 Preços de transferências internacionais Já aprovada pelo Congresso, está sob regulamentação a forma como se cobra imposto sobre envio de mercadorias ao exterior por multinacionais. Isso atingirá principalmente petróleo e minério. A ideia é arrecadar ao menos R\$ 25 bilhões.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia **Página:** 13